A TRIBUNA
O JORNAL DE TODOS OS ACREANOS
Rio Branco, quarta-feira, 20 de outubro de 2021

ESCOLAS MUNICIPAIS SEM MERENDA, COM ÁLCOOL EM GEL VENCIDO E SEM MÁSCARAS

Depósito de máquinas, tratores e equipamentos estragados no Bujari vira alvo de ladrões

Encontro debate segurança na fronteira

Polícia identifica duas caminhonetes roubadas do lado boliviano

Gladson se reúne com Superintendente da Sudam para pedir celeridade nas análises de obras no estado

Presidente da UNALE é recepcionada pelos deputados na Assembleia

Saúde municipal assume Saerb em meio a desânimo sobre a municipalização da água

Artigo

Para onde vamos na economia?

Bom Dia

[...] veis etc. Mais do que isso, o estado permanente de incerteza sobre o que se pretende fazer e onde queremos estar ao final de 2022 murcha paulatinamente as expectativas de crescimento futuro, como temos visto. Empresários postergam seus planos de investimentos, e os consumidores, seu consumo, levando à materialização de uma triste profecia autorrealizável.

Antonio Delfim Netto é economista e ex-ministro da Fazenda

A TRIBUNA
SERVIÇOS EDITORIAIS A TRIBUNA LTDA, com sede na Avenida Ceará, nº 3357 - loja "2" - Telefone 3226-2626 - Jardim Nazle - ao lado da Central Globo - CEP: 69918-108 - CGC: 84.321.900/001-20 - Insc. Estadual 01.001.619/001-40

DIRETOR-GERAL: Ely Assem de Carvalho
DIAGRAMAÇÃO: Márcio Ferreira
REDAÇÃO: Cezar Negreiros e
FOTOGRAFIA
REVISÃO

* Artigos e matérias assinados não são de responsabilidade do jornal nem correspondem, necessariamente, à sua opinião

Assinatura Semestral: R$ 350,00 — Assinatura Anual: R$ 700,00

TABELA DE PREÇOS DE PUBLICAÇÕES - JORNAL IMPRESSO
Valores por cm/col em reais

ESPAÇOS	Terça-sábado	Domingo
Primeira Página	183,69	214,02
Informe publicitário / Opinião / A pedidos	26,88	33,34
Página determinada	55,91	64,53
Página indeterminada	51,99	62,70
Encarte – milheiro – até 8 lâminas	150,00	150,00
1 página indeterminada	13.101,48	15.800,40
½ página indeterminada	6.550,74	7.900,20
Rodapé 6 colunas x 6cm	1.871,64	2.257,20
Rodapé 6 colunas x 5cm	2.495,52	3.009,60

Obs: acrescentar 30% no valor para anúncios coloridos
ASSINATURA ANUAL JORNAL IMPRESSO – R$ 700,00

[...] do no pátio. Assim fica fácil.

Fundo
A Assembleia Legislativa aprovou empréstimo a ser tomado pelo governo junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA. Vai servir para trocar d´dívida velha por dívida nova mais barata e para financiar projetos de infraestrutura no estado.

Capacidade
O Acre tem plena capacidade de bancar o financiamento, que na verdade representaria um alívio no montante de juros que o estado paga. Por seu perfil no Tesouro Nacional, o Acre poderia pegar não milhões, mas bilhões de reais em empréstimos. Vamos ver se a burocracia em Brasília não dificulta os procedimentos.

[...] estaduais. Postagens nas redes mostram pratos fartos, arroz, feijão, farofa, carne de boi ou frango, macarrão. Tudo organizado, sem filas, sem aglomerações, alunos satisfeitos. Para os arautos do caos, uma lição.

Prêmio
A Justiça cassou o mandato do vereador Célio Gadelha na Câmara Municipal. Deveria ser uma lição de ética, Deveria, mas não é. O vereador não só continua no cargo, graças a recursos, como foi aquinhoado com mais uma viagem e curso fora do estado. O vereador embarcou para Foz do Iguaçu (PR) para realizar um curso de capacitação de "Cuidados Indispensáveis para o Gestor Público Municipal", que será realizado pelo Instituto Qualificar e Treinamento, durante o período de 19 a 23 de outubro.

Aniversário
Quem comemorou aniversário ontem foi a primeira-dama Ana Paula Cameli. Ela é uma das protagonistas desse governo, com sua capacidade de trabalho, de articulação, de dedicação às causas sociais e de afirmação da mulher. Uma companheira de vida e de jornada para o governador Gladson Cameli, que prestou justa homenagem à esposa.

Redes
Além de culta, desembaraçada e simpática, Ana Paula Cameli tem uma atividade forte nas redes sociais, marcando um estilo novo e pessoal. Com muita dignidade, ela é o que se pode chamar de uma influenciadora do bem.

Vereador denuncia caos na rede municipal de ensino na véspera da volta ás aulas

O vereador Emerson Jarude (MDB), usou a tribuna da Câmara Municipal Casa para denunciar que está faltando de merenda nas escolas da rede municipal. Disse também que há limitações em Além de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e que o álcool em gel distribuído às escolas estaria com a validade vencida. "Esse é o caso da escola municipal Mariana da Silva Oliveira, onde não tem sequer leite para as crianças", desabafou.

Em seguida, o parlamentar exibiu fotos e mostrou vídeos da fiscalização que tinha feito nas escolas municipais. "Tem escola que só vai retomar as aulas no próximo ano, por falta de planejamento e organização da prefeitura", lamentou.

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre (Sinteac) cobrou melhores condições de trabalho à Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco (Seme), com o retorno das aulas presenciais do ensino fundamental I. Mesmo com a retomada do ano letivo, as escolas municipais não receberam os equipamentos de proteção individual, tapetes sanitizantes, o álcool e as máscaras. "Queremos saber o que fizeram com os recursos da Educação", cobrou a diretora do Sinteac Kelly.

A sindicalista participou da reunião dos gestores ocorrida no auditório da Seme e pediu a solução do problema. Lamentou que as cantinas das escolas estão distribuindo apenas bolacha para as crianças." Queremos saber o que fizeram com os recursos destinados à aquisição da merenda escolar", desabafou.

Aponta a falta de pessoal de apoio como agentes de portaria, de auxiliar escolar, além da inexistência de pias nos corredores de algumas escolas, papel toalha para enxugar as mãos, álcool gel nas salas, conforme o prometido pela Seme. Cobrou os órgãos competentes, mais compromisso com o cumprimento dos protocolos sanitários que garantam a segurança dos trabalhadores em educação (professores e funcionários de escola). "Temos percebido que muitas escolas não têm condições de retomada das aulas presenciais", lamentou a diretora do Departamento de Saúde do Sinteac.

O professor João Lima, diretor de ensino da Seme, esclareceu que todas as providências estão sendo tomadas para garantir o retorno presencial nas escolas da rede municipal. Informou que as escolas receberam recurso emergencial para preparar o retorno dos alunos, mas faltou planejamento de algumas gestões para cumprimento das medidas de biossegurança. "Assim que estamos recebendo a entrega dos produtos licitados estamos encaminhando para as escolas que devem retomar as aulas presenciais na próxima segunda-feira (dia 25)", revelou.

Vereador emedebista cobra solução do problema

Ladrões furtam e vendem peças de máquinas paradas e sucatas de depósito no Bujari

Tratores, máquinas e veículos com problemas mecânicos e sem condições de conserto e sucatas de implementos pertencentes ao governo do estado, colocados em pátio da estação de tratamento que fica na BR-364, viraram alvo fácil dos ladrões que invadem o local e estão desmontando as estruturas e vendendo as peças usadas no mercado paralelo.

Desde janeiro, o Deracre começou a depositar todas as máquinas e veículos sem condições de uso em um pátio cedido pelo Depasa, na ETA, que fica a 03 quilômetros do município de Bujari.

O que parecia um grande cemitério de carcaças de ferro, se transformou em um lucrativo negócio para quadrilhas especializadas em revender peças usadas.

Os ladrões estão entrando no pátio no período da noite e retirando tudo que interessa de caminionetes, veículos de passeio, caminhões, tratores e máquinas. Os bandidos aproveitam a falta de segurança na estação, que mantém um vigia desarmado. Dessa forma, quando nota a presença dos grupos, a única coisa que pode fazer é chamar a polícia, que demora a chegar no local e nunca encontra um acusado.

Existem camionetes hilux ano 2012, com apenas 9 anos da data de fabricação completamente desmontadas. O principal alvo são os motores e caixas de marcha, vendidos facilmente no mercado ilegal. Tratores e máquinas que custaram milhões para o estado como retroescavadeiras, tratores de esteira e rolos estão à mercê de quadrilhas que lucram facilidade do furto.

Os ladrões aproveitam que não existem muros e a cerca está caída para entrar pela mata que fica ao lado da estação. Eles montaram trilhas que percorrem uma boa parte da vegetação até chegar as margens da BR-364, distante 500 metros da estação.

As máquinas e veículos começaram a ser levados para o pátio em janeiro desse ano, juntamente com vários equipamentos como ar-condicionado, geladeiras, bebedouros e outros materiais elétricos e eletrônicos que foram armazenados em um galpão. Nenhum desses equipamentos existe mais, todos foram furtados.

O prejuízo ao estado é incalculável. É que muitos desses veículos poderiam ser recuperados, como um ônibus de fazer atendimento itinerante que chegou rodando ao depósito, mas já está sem as rodas e os equipamentos da parte interna. Em outro ônibus levaram o motor e a caixa de marcha.

A denúncia da ação desses grupos criminosos veio à tona com o sindicato dos urbanitários, com seu presidente Marcelo Jucá. Ele montou um vídeo mostrando a ação dos bandidos e o medo dos servidores que trabalham na estação de tratamento. "Além de ver o patrimônio do estado ser levado deva forma, ainda existe o risco de os bandidos fazerem alguma coisa na água que abastece uma cidade e o aeroporto. É precisa dar segurança a ETA e seus trabalhadores", reclamou.

A direção do Depasa que opera a estação e é proprietária do terreno, disse que a responsabilidade pelas máquinas e veículos é do Deracre. A área foi apenas cedida, mas já houve uma conversa para a construção de um muro no local e está esperando uma resposta.

Secretária municipal de Saúde assume comando do SAERB

O prefeito Tião Bocalom determinou que a secretária municipal de Saúde, Sheila Andrade Vieira, assumisse interinamente a presidência do Serviço de Água e Esgoto de Rio Branco (SAERB). O prefeito busca um nome para substituir a gestora Pollyana Garcia Lima Souza, cuja exoneração foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial do Estado (D.O.), depois de entregar o cargo no fim de semana por conta de conflitos com subordinados com indicações políticas. O sindicato dos Urbanitários fez um alerta de que a decisão do prefeito causa preocupação, porque seria preciso correr contra o tempo para finalizar o processo de municipalização do sistema de água da capital até o fim do ano. A opinião é de Marcelo Jucá, presidente do Sindicato dos Urbanitários do Acre.

Ele observou que a prefeitura de Rio Branco tem o compromisso de assumir o sistema de distribuição de água na capital acreana até o mês de janeiro de 2022, mas sem um gestor o cronograma em execução pode não ser cumprido num prazo de 90 dias. A previsão é de que que a autarquia trabalhe com prejuízos até março ou abril para só então começar a dar sinais de melhoria na arrecadação pelo serviço prestado.

Preocupação - Um aporte de R$20 milhões de recursos próprios deve ser injetado para viabilizar a municipalização do sistema de distribuição de água. O grande desafio é garantir a melhoria do serviço prestado a população rio-branquense, além da instalação de mecanismos que permitam aumentar a arrecadação, sem majorar o preço da tarifa da água distribuída nos bairros. "A água deve ser tratada um bem essencial à população, mas não como atividade que deve gerar lucros", ponderou o sindicalista.

O vereador Fábio Araújo (PDT), cobrou do prefeito Tião Bocalom propostas mais exequíveis, depois que o gestor municipal defendeu a ideia de criação de uma empresa municipal de transporte coletivo e do problema de reversão do sistema de distribuição de água que se arrasta desde o primeiro bimestre deste ano. Observou que o prefeito da capital tem boa vontade, mas falta competência da equipe de gestão para execução das propostas em curso. "Temos quatro secretárias sem gestores à frente para tocá-las, os que assumiram interinamente sequer conseguem dar conta das suas atribuições originais", lamentou.

Secretária assume mais uma atribuição da prefeitura

Mudanças nas regras dos precatórios podem ajudar prefeituras

A maioria dos prefeitos acreanos estão otimistas com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 23/2021), que permite a prorrogação do pagamento de precatórios da União, a medida poderá ser extensiva aos Estados e municípios. Com uma dívida estipulada em R$ 8 milhões, a prefeitura de Assis Brasil conseguiu uma liminar no Tribunal de Justiça do Estado do Acre que permitiu a suspensão das execuções judiciais temporariamente. "Acreditamos que a proposta pode abrir um precedente para os municípios pedirem, nos tribunais, o mesmo tratamento dispensado ao governo federal", declarou o gestor municipal.

O secretário municipal de Finanças de Rio Branco Antonio Cid Ferreira, informou que estão conseguindo pagar os precatórios dentro do prazo estipulado pelo Judiciário Acreano. A dívida dos precatórios chega em torno de R$61.903.383,95, o parcelamento anual do primeiro semestre deste ano, chega à casa dos R$15.475.845,99.

A prefeitura da capital já desembolsou o montante de R$9.027.576,88, mas com um resto a pagar de R$6.448.263,92 até o fim deste ano. "Estamos planejando para amortizar a parcela do próximo", revelou Cid.

O relator da proposta, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), apresentou o relatório propondo um substitutivo que prevê um teto de gastos para o pagamento dos precatórios a partir do próximo ano, mas houve um pedido de vista coletivo na comissão especial que vem analisando a matéria na Câmara dos Deputados. A nova proposta em tramitação no Congresso Nacional, muda às regras dos critérios de pagamento dessas dívidas que foram reconhecidas pela Justiça, por sentenças transitadas em julgado. Com a mudança, as dívidas com valor acima de 60 mil salários mínimos podem ser quitadas com entrada de 15% e com parcelamento de até nove parcelas anuais, enquanto os débitos de até 60 salários mínimos, com pagamento à vista até 2029.

Fundhacre realiza solenidade em alusão ao Outubro Rosa

A mulher é fonte de vida e esbanja uma natureza rica em detalhes, afeto, generosidade e inteligência. Neste mês de Outubro, há uma gama de ações afirmativas em prol da saúde feminina, sobretudo no que se trata ao câncer de mama e do colo de útero, temática abordada na sessão solene realizada na sexta-feira, 15, sobre o Outubro Rosa, na Fundação Hospital Estadual do Acre (Fundhacre), em Rio Branco.

O momento foi oportuno para dialogar sobre a prevenção ao câncer, além de compartilhar informações e promover a conscientização sobre a doença, tendo o intuito de proporcionar maior acesso aos serviços de diagnóstico e de tratamento, contribuindo assim para a redução da mortalidade.

Na solenidade estiveram presentes a desembargador do Tribunal de Justiça do Acre (TJ-AC), Eva Evangelista e a juíza-auxiliar da presidência Andrea Brito, a diretora do Centro de Controle Oncológico do Acre e mastologista Priscila Murad, a vice presidente da Associação Amigos do Peito, Rutilena Tavares, e a deputada estadual Maria Antônia Pinheiro.

"O evento pretende chamar atenção para o câncer de mama, e abordamos a saúde plena da mulher. A Fundhacre está fazendo um trabalho interno com as servidoras da saúde, pois é preciso cuidar de quem cuida. Assim estamos acolhendo parceiros como o Tribunal de Justiça do Estado, por meio da desembargadora Eva Evangelista, que tem um olhar ímpar para as nuances da saúde feminina", destacou o presidente da Fundhacre, João Paulo Silva.

A Fundhacre está realizando, durante todo o mês de outubro, ações integradas que são voltadas para o cuidado e autocuidado da saúde da Mulher, entre eles reflexologia podal, estética e maquiagem, ventosoterapia, eletroestimulação e atendimentos como aferição da pressão, teste de glicemia e coleta de PCCU que é o exame preventivo do câncer de colo.

"O Outubro Rosa é um alerta para nós, e chama atenção da sociedade, que precisa estar vigilante a violência doméstica e familiar que tende a ocultar os sofrimentos da mulher. Assim, essa ação é importante para conscientizar sobre os cuidados diários e nos lembra que a mulher deve ter sua saúde íntegra", disse a desembargadora Eva Evangelista.

Por isso, hábitos saudáveis são essenciais para a redução na incidência de câncer de mama. E o toque e o autocuidado é a maneira que a mulher tem de detectar precocemente nódulos ou alterações, que são sinais de alerta. "Em alusão ao outubro Rosa, a fisioterapia veio para atuar na saúde do trabalhador. A Fundhacre atuou com atividades aplicando técnicas de analgesia, terapia manual e eletroterapia a fim de proporcionar bem estar a curto, médio e longo prazo, gerando grande impacto na qualidade de vida e na produtividade das trabalhadoras da Fundação Hospitalar", disse a fisioterapeuta do serviço, Juliane Morais.

Os eventos e debates sobre o autocuidado voltados para o público feminino vão além da estética, pois um toque pode salvar e tratar antecipadamente alguma anomalia, além disso, ações afirmativas desse caráter promovem a saúde garantindo a dignidade da pessoa e assegurar os direitos básicos preconizados na Carta Magna.

"Devemos nos cuidar, nós mulheres precisamos prestar atenção aos sinais que o corpo emite, por isso são tão importantes essas ações. A iniciativa de levar prevenção e conscientização mostra o cuidado com nós, trabalhadoras", disse a funcionária da administração, Suelândia Tavares.

A mala da Esperança
Na solenidade, o médico oncologista e gerente de assistência da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), Rafael Carvalho entregou uma mala com um aparelho que auxilia na detecção mais precisa de células cancerígenas, e que consequentemente auxilia na diminuição dos efeitos colaterais no corpo, decorrente do tratamento. Na prática, o equipamento traz uma expectativa, que é a redução da taxa de cirurgias, em especial para o câncer de mama.

Presidente da Fundhacre entrega flores as servidoras

Procon faz vistorias no comércio de Santa Rosa do Purus

Com a finalidade de promover ações integradas entre os órgãos públicos que atuam nas relações de consumo, o governo do Acre desenvolve o programa Rota da Qualidade, que incentiva a educação de consumidores, além de oportunizar aos fornecedores, as adequações necessárias em seus estabelecimentos.

Nesta segunda-feira, 18, os agentes técnicos do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor no Acre (Procon/AC) e do Instituto de Pesos e Medidas (Ipem/AC) estiveram na cidade de Santa Rosa do Purus para efetuar intervenções educativas, preventivas e fiscalizatórias em supermercados, mercearias, lojas de materiais para construção e postos de combustíveis.

Conforme as leis contidas no Código de Defesa do Consumidor (CDC), os fiscais do Procon/AC, realizaram vistorias para detectar possíveis irregularidades nas vendas de produtos ou prestações de serviços, além de orientar os fornecedores sobre a aplicação das normas em prol dos consumidores e diversas questões do cotidiano comercial, referentes às relações consumeristas.

"Incialmente, verificamos sete estabelecimentos comerciais do município e detectamos muitos produtos sem a devida precificação, como determina o artigo 31 do CDC. Também inspecionamos se existiam informações sobre os teores nutricionais dos alimentos vendidos e encontramos algumas amostragens sem a devida referência, e de mercadorias vencidas. Aos fornecedores que foram autuados, demos o prazo de 30 dias para efetuarem as adequações", relata o chefe de fiscalização do Procon/AC, Rommel Queiroz.

Na oportunidade, os técnicos do Ipem/AC, observaram as regras estabelecidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), e fiscalizaram as balanças de supermercados e mercearias, com o intuito de evitar que o consumidor seja lesado no ato da compra de determinados itens.

"Para que não haja erro na pesagem e não se gere prejuízos para nenhum dos lados envolvidos no processo comercial, realizamos os ensaios de medição nas balanças. Desse modo, conferimos se os aparelhos estão sendo utilizadas corretamente. Dos aparelhos analisados, nenhum apresentou falhas", informa o coordenador do Ipem/AC, Alexandre Martins.

As bombas dos postos de combustíveis também foram aferidas pelos técnicos dos órgãos fiscalizadores. Possíveis erros nos indicadores de volume, falha no cronômetro digital ou analógico das máquinas ou danos nas mangueiras, qualidade dos combustíveis, entre outras possibilidades de infração, foram avaliadas pelas equipes da Rota da Qualidade.

Já nas lojas de materiais para construção, os agentes do Ipem/AC verificaram diversos produtos como tomadas, lâmpadas, fios, cabos, capacetes, fitas adesivas, massa corrida e demais itens similares, para detectar se as mercadorias possuíam o selo de garantia emitido pelo Inmetro.

"Tanto nos postos de combustíveis, quanto nas lojas ou departamentos destinados aos materiais para construção, nenhuma irregularidade foi detectada pelos técnicos da autarquia. Na somatória entre todos os estabelecimentos comerciais vistoriados em Santa Rosa do Purus, fiscalizamos quase 2 mil produtos", disse o coordenador do Ipem/AC. (Com informações da Agência de Notícias do Acre)

Ministério Público Federal visita o Complexo Penitenciário da capital

A pedido do Instituto de Administração Penitenciária do Acre (Iapen), o procurador da república Lucas Dias Costa esteve no dia de ontem visitando o Complexo Penitenciário de Rio Branco. Objetivo foi avaliar os avanços no sistema de distribuição de água para os presos.

Na ocasião, o presidente do Iapen, Arlenilson Cunha, expôs ao procurador sobre como tem sido trabalhada a distribuição da água no Complexo. "O fornecimento é feito duas vezes por dia (manhã e tarde), sendo que, nas celas, a água é acondicionada em recipientes com capacidade de 100 litros, que variam de um a quatro baldes a depender da quantidade de presos na cela", explicou o presidente.

Também destacou que a distribuição de água no presídio ocorre de forma semelhante a feita para a população da cidade de Rio Branco. No entanto, isso ocorre com frequência maior, uma vez que a população geral recebe água, rotineiramente, a cada dois dias, o que difere dos detentos do Complexo Penitenciário que recebem água duas vezes por dia.

Também foi apresentado ao procurador o sistema de água para uso oral que é disponibilizado de forma ininterrupta. O líquido oferecido pelo Departamento de Água e Saneamento (Depasa) passa por processo de filtragem e segue para o consumo dos presos. Semanalmente é realizada limpeza dos filtros que são trocados a cada seis meses ou quando necessário.

Ele também apresentou detalhes da estrutura do presídio como a alimentação e estrutura física dos pavilhões. O convite foi feito para mostrar as evoluções desde 2020 até o momento no que tange as questões voltadas à água nas unidades de Rio Branco. "Queremos mostrar a transparência e o zelo no serviço público, bem como as ações do Iapen que buscam preservar a dignidade da pessoa humana", afirmou Arlenilson Cunha.

Rodrigo Aiache e Socorro Rodrigues registram candidatura pela disputa da OAB/AC

Na tarde desta terça-feira, 19, um grupo de mais de 50 advogados realizou um comboio até a sede da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Acre (OAB/AC), em apoio à inscrição da candidatura de Rodrigo Aiache e Socorro Rodrigues na disputa pela presidência. Eles subiram juntos a rampa de acesso às dependências da sede da Ordem e protocolaram o registro da chapa.

"Esses 76 advogados que compõem a nossa chapa se unem aos anseios de diversos profissionais de todo o Acre, que querem uma OAB mais transparente. E, juntos, nós queremos promover uma gestão participativa que ouça advogados de todas as classes, sem distinções. Coloco meu nome à disposição para trabalhar para que a OAB seja de fato a casa de todos", defendeu Rodrigo Aiache, candidato à presidência da OAB/AC.

Com o nome Muitas Vozes, Uma Só OAB, a chapa defende mais transparência nos gastos, uma gestão que represente os interesses da mulher advogada e também do profissional em início de carreira, que por vezes enfrenta inúmeras dificuldades.

"Quero, juntamente com o Rodrigo Aiache, proporcionar aos advogados uma opção de mudança dentro da OAB, com mais inclusão, transparência e participação feminina na tomada de decisões em uma nova gestão", completou Socorro Rodrigues, que compõe a chapa como vice.

A eleição para escolha da nova diretoria da OAB/AC está prevista para o dia 19 de novembro.

Presidente da UNALE é recepcionada pelos deputados na Assembléia

A presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos(UNALE), deputada Ivana Bastos(BA), foi recebida pelo governador em exercício, Nicolau Júnior e pelo presidente em exercício da ALEAC, Jenilson Leite no plenário da Casa do Povo. Acompanhada pelo vice presidente Lídio Lopes(MS) e pelo tesoureiro Diogo Moraes(PE), Ivana veio ao Acre convidar os deputados estaduais para participarem da 24• Assembléia da UNALE, que vai acontecer em novembro na cidade de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Será o primeiro encontro dos parlamentos estaduais desde o início da pandemia onde serão discutidos temas como a retomada econômica pós pandemia.

A comitiva da UNALE entregou para cada um dos deputados acreanos, um troféu comemorativo aos 25 anos da instituição.

Ivana Bastos disse que a UNALE deve muito ao Acre e destacou o trabalho do deputado Luiz Tchê, que presidiu a União por dois mandatos. "É uma alegria poder está aqui hoje. O único estado que é presente na UNALE é o Acre. O deputado Luiz Tchê contribui muito para a história da nossa instituição. Nós precisamos discutir, reinventar as assembleias legislativas e por isso eu vim aqui convidar os senhores para nossa reunião. O Acre era prioridade pra fazer essa visita", disse a presidente.

O deputado Jenilson Leite, presidente em exercício da Casa, deu boas vindas aos visitantes e reiterou a necessidade de um amplo debate em torno da retomada das atividades. Para ele os Estados precisam ofertar imediatamente um serviço de atendimento para pessoas sequelados pela COVID.

Encerrando o encontro, o governador em exercício Nicolau Júnior agradeceu a visita da comitiva e conclamou os colegas deputados a participarem do encontro nacional. "Muito obrigado pela visita. Muito nos honra a presença dessa comitiva aqui. Agradeço pelo convite e antecipo que o nosso parlamento irá prestigiar o evento", disse Nicolau.

Presidente da Unale entrega troféu comemorativo ao deputado Nicolau Júnior

Comissões da Aleac aprovam empréstimo junto ao Fonplata

Durante reunião conjunta das Comissões de Serviço Público e Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Acre (Aleac), os deputados aprovaram no dia de ontem Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo que autoriza o empréstimo de pouco mais de R$ 227 milhões feito pelo governo junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Mais cedo, os deputados debateram a proposta com o professor da Universidade Federal do Acre e membro do Fórum de Desenvolvimento do Acre, Orlando Sabino, com o secretário de Planejamento e Gestão (Seplag), Ricardo Brandão, e com o secretário adjunto do Tesouro Nacional, José Amarísio.

O projeto de lei foi aprovado com uma emenda modificativa de autoria do deputado Edvaldo Magalhães (PC do B) que autoriza que parte desse recurso seja destinado à produção rural. O parlamentar alega que os investimentos realizados pelo governo estão abaixo do previsto com relação ao setor agrícola, o que acaba prejudicando os agricultores e impactando negativamente a economia. "Na peça orçamentária de 2022, o governo cortou R$ 20 milhões da agricultura, enfraquecendo as ações de fomento à produção, o que torna necessária essa compensação com o setor produtivo acreano, na contratação dessa operação de crédito com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata", justificou Edvaldo.

Os deputados também aprovaram a emenda do deputado Roberto Duarte (MDB) que pede que os empréstimos tidos como não executados em que as leis foram aprovadas pelo parlamento, sejam revogados. "Depois de um amplo debate chegamos a um consenso sobre a importância desse empréstimo e isso é muito positivo. Agora, a matéria seguirá para devida discussão e votação em plenário", disse Chico Viga, presidente da COF. (Com informações da Agência Aleac)

Leo de Brito apresenta proposta sistema de vídeo em viaturas

Mais proteção para agentes da segurança pública e para os cidadãos. É o que defende o deputado federa Leo de Brito (PT) ao apresentar, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei 3656/2021 para que seja implantado sistema de áudio nas viaturas e aeronaves que servem as forças da segurança pública e ainda, seja implantado monitoramento e registro das ações individuais dos agentes por meio de câmeras acopladas nos uniformes.

"Esse é um projeto muito importante para a segurança pública. Ele já traz as experiências que estão dando certo, tanto em São Paulo, quanto em Santa Catarina. Isso é uma forma de proteger tanto o bom agente de polícia, que às vezes são acusados injustamente pelos criminosos, como também proteger o cidadão de ações com abuso de autoridade", destaca.

O parlamentar ressalta que o projeto de lei aplica-se aos órgãos de segurança pública da esfera federal, entre eles, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

"Esse projeto segue o espírito da evolução tecnológica dos órgãos policiais. Atualmente, a maioria dos agentes policiais de países desenvolvidos já realiza seus trabalhos com equipamentos de gravação visual para resguardar abordagens e outros procedimentos criminais, isso permite, inclusive, que sejam produzidas provas de melhor qualidade para instruir os processos judiciais", pontua.

De acordo com matéria veiculada no Fantástico do último domingo, em São Paulo, foi registrada redução de 46% no número de mortes decorrentes da atividade policial, nos últimos quatro meses, se comparado aos dados do mesmo período do ano passado.

A reportagem revelou ainda que em estudo realizado por pesquisadores que atuam em universidades da Inglaterra e na PUC, foi constatada queda nos casos de desacato, no número de prisões e uso de algemas.

Prefeitura de Rio Branco participa de Fórum sobre Desenvolvimento Sustentável

O prefeito de Rio Branco, Tião Bocalom e o secretário do Meio Ambiente (Semeia) Normando Sales, participaram de uma videoconferência sobre o "Fórum das Cidades Pan-amazônicas" em seu gabinete de trabalho. O Fórum foi criado como um espaço para fortalecer a cooperação regional descentralizada no que se refere as iniciativas regionais para a sustentabilidade. O objetivo foi estabelecer plataformas de governos locais impulsionadas pelos governos municipais, estaduais e suas secretarias de Planejamento e Desenvolvimento, promovendo o intercâmbio de conhecimentos, práticas e o modelo para desenvolvimento sustentável entre os governos subnacionais da Amazônia.

Com isso, ocorre a disseminação de experiências em nível regional e criam um mecanismo de cooperação que permita posicionar as cidades amazônicas com referência mundial em desenvolvimento urbano sustentável em que gestores colaboram mutuamente para a implementação e o monitoramento para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável das nações unidas.

Segundo o secretário da Semeia, Normando Sales, o Forum teve como finalidade integrar a cidade de Rio Branco com as experiências da Fundação Konrad Adenauer que pratica na América Latina a sustentabilidade. "Nos incorporar nessa nova aliança e também como foi apresentado nesse Fórum hoje, as experiências e as iniciativas que a gestão do prefeito Bocalom está implementando e que eles gostaram e vão replicar em outras cidades da América Latina. E a partir dera iremos receber aporte tecnológico, técnico de elaboração de projetos, mas, também teremos um aporte financeiro tanto na parte gratuita quanto com operações financeiras mais de longo prazo para investimento maiores ", disse o secretário.

O prefeito Tião Bocalom falou sobre a importância em participar do Fórum das Cidades Pan Amazônicas e também sobre a COP-26 (Conferência da ONU sobre mudanças climáticas) que será realizada na Escócia. "É importante porque nós estamos levando uma nova experiência de relacionamento entre o ser humano e o seu meio ambiente. E infelizmente a vida inteira se tratou o ser humano como o agressor do meio ambiente e nunca se procurou fazê-lo se entender. Nós precisamos que o ser humano seja amigo do meio ambiente e não inimigo. Queremos fazer a educação do ser humano para que ele entende que o meio ambiente é fundamental que esteja bom para que ele tenha qualidade de vida", afirmou o prefeito.

Prefeito participa de videoconferência sobre sustentabilidade

Comissão de Serviço Público da Aleac recebe agentes socioeducativos

Após o final da sessão do dia os parlamentares receberam no centro do Plenário, através da Comissão de Serviço Público, Trabalho e Municipalismo da Assembleia Legislativa do Acre (Aleac), um grupo de agentes do Instituto Socioeducativo do Acre (ISE). A categoria pede a manutenção dos cargos na condição de agentes socioeducativos da capital, Sena Madureira, Feijó, Cruzeiro do Sul e Brasiléia.

O agente Vicente Temistocles agradeceu aos parlamentares pela oportunidade da classe ser ouvida e pediu que, seja buscada uma solução para o impasse, o quanto antes. Ele alega que praticamente todos os agentes já sofreram ameaças de morte e que eles não possuem tempo suficiente para estudar para um concurso, pois além de plantões de 24h, ainda precisam fazer banco de horas.

"A comissão do ISE já esteve em Rio Branco umas quatro vezes nos últimos dias. Ficamos tristes, pois diziam que não seríamos ouvidos por fazermos parte de um quadro provisório, mas graças a Deus, hoje, está sendo diferente. Nosso pessoal é trabalhador e tem feito a diferença no sistema. Recebemos a informação de que teríamos de enfrentar um concurso público, nada contra, mas o que ocorre em nosso caso é que o agente socioeducativo cumpre um plantão de 24h e entre um e outro faz banco de horas", relatou.

Ele seguiu dizendo que a prova objetiva do concurso será aplicada no próximo dia 5 de dezembro, o que tem preocupado os trabalhadores. "Isso tem nos preocupado muito, pois temos família e muitas responsabilidades. Dependemos muito desta Casa, não sei como os senhores nos ajudarão, mas colocar na rua, hoje, 250 pais de família em meio a essa crise, é muito perigoso. O agente que possui menos tempo no ISE tem cinco anos de serviço. Muitos, inclusive, já sofreram ameaças de morte devido a função que exercem", lamentou. (Com informações da Agência Aleac)

CPI se aproxima de acordo para votar relatório de renan, diz Randolfe

Senadores que formam o grupo majoritário da CPI da Covid discutem a possibilidade de compor um acordo para votar o relatório de Renan Calheiros (MDB-AL) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE) para aparar as arestas entre o relator e o presidente do colegiado, Omar Aziz (PSD-AM). A caminho do jantar na residência do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), onde o chamado G7 se reunirá em busca de uma pacificação nesta noite (19), o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse ao Congresso em Foco acreditar na construção de um acordo para o fechamento do relatório que será lido por Renan nesta quarta-feira (20). "Pode sair uma composição dos dois relatórios", afirmou o senador. "Mas o mais importante é sairmos com um consenso forte", ressaltou. Vice-presidente da CPI, Randolfe considera que houve um avanço nas discussões internas de ontem para hoje. Segundo ele, o relator demonstra abertura para ceder em alguns pontos. "Temos a disposição do relator. Estamos mais pertos de um acordo", declarou. De acordo com Randolfe, o principal ponto de divergência está na atribuição do crime de genocídio ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido), defendida pelo relator. Omar Aziz e outros integrantes do G7 são contrários a essa tipificação. "Acho que dá para fazer essa caracterização por outros tipos de crime com base no Estatuto de Roma, porque são crimes contra a humanidade, isso não prejudica a discussão", defendeu o vice-presidente da CPI.

Outro ponto que divide o grupo é a inclusão do ministro da Economia, Paulo Guedes, na lista dos 72 nomes que estarão sujeitos a pedido de indiciamento, a exemplo do presidente Jair Bolsonaro e outros auxiliares, como Marcelo Queiroga (Saúde), Onyx Lorenzoni (Trabalho), entre outros. "Eu defendo o indiciamento de Guedes, mas me curvarei à vontade da maioria", diz Randolfe.

Um terceiro ponto que causa controvérsia é o pedido de indiciamento do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ). Na minuta do relatório que submeteu aos colegas, Renan defende o pedido de indiciamento do senador por ter compartilhado fake News e levado o empresário Francisco Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos, a uma reunião no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Precisa era a empresa intermediária na compra da vacina Covaxin, cujo contrato foi cancelado após suspeitas de irregularidades e superfaturamento.

Em seu relatório, Renan propõe o indiciamento de Bolsonaro por 11 crimes, como charlatanismo, homicídio qualificado, genocídio, prevaricação, crime contra a humanidade.

Integrante do G7, Alessandro Vieira apresentou relatório paralelo na semana passada. O texto também será lido na comissão nesta quarta-feira. O senador propõe que o presidente seja indiciado por sete delitos, que vão de crime de responsabilidade a crime contra a humanidade. Também deverão ser lidos pela CPI nesta quarta relatórios dos senadores governistas Luiz Carlos Heinze (PP-RS), Marcos Rogério (DEM-RO) e Eduardo Girão (Podemos-RN). Nesses casos, as conclusões serão favoráveis ao governo.

De acordo com Randolfe, o principal ponto de divergência está na atribuição do crime de genocídio ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido), defendida pelo relator. Omar Aziz e outros integrantes do G7 são contrários a essa tipificação. "Acho que dá para fazer essa caracterização por outros tipos de crime com base no Estatuto de Roma, porque são crimes contra a humanidade, isso não prejudica a discussão", defendeu o vice-presidente da CPI.

Outro ponto que divide o grupo é a inclusão do ministro da Economia, Paulo Guedes, na lista dos 72 nomes que estarão sujeitos a pedido de indiciamento, a exemplo do presidente Jair Bolsonaro e outros auxiliares, como Marcelo Queiroga (Saúde), Onyx Lorenzoni (Trabalho), entre outros. "Eu defendo o indiciamento de Guedes, mas me curvarei à vontade da maioria", diz Randolfe.

Um terceiro ponto que causa controvérsia é o pedido de indiciamento do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ). Na minuta do relatório que submeteu aos colegas, Renan defende o pedido de indiciamento do senador por ter compartilhado fake News e levado o empresário Francisco Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos, a uma reunião no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Precisa era a empresa intermediária na compra da vacina Covaxin, cujo contrato foi cancelado após suspeitas de irregularidades e superfaturamento.

Em seu relatório, Renan propõe o indiciamento de Bolsonaro por 11 crimes, como charlatanismo, homicídio qualificado, genocídio, prevaricação, crime contra a humanidade.

Integrante do G7, Alessandro Vieira apresentou relatório paralelo na semana passada. O texto também será lido na comissão nesta quarta-feira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SEGATI
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL 02

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2021

Objeto: eventual e futura contratação de Pessoa Jurídica, para aquisição de material de copa e limpeza.
Origem: Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco - EMURB.
Data da Abertura: 08/11/2021 às 08h30min (oito horas e trinta minutos).
Retirada do Edital: 21/10/2021 a 05/11/2021 **Horário:** 08h às 17h. Através do e-mail: cpl@riobranco.ac.gov.br ou na CPL/PMRB – Rua Alvorada, nº 411, 2º Piso – Bairro: Bosque, CEP: 69.900-631 - Rio Branco/AC.

Rio Branco-AC, 19 de outubro de 2021.

Maria Cristina Soares Rocha
Pregoeira da CPL02/PMRB

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 024/2021
OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Ferramentas e Materiais Diversos, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Porto Acre/AC.
RETIRADA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Porto Acre, sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Avenida Chicó Rabelo, 56 – Centro - Porto Acre – AC, no horário de 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, podendo ser solicitado através do e-mail pmpa.licitacoes@gmail.com ou acessando os sites http://app.tce.ac.gov.br/portaldaslicitacoes/ ou https://www.portoacre.ac.gov.br/, no período de 20/10 à 03/11 de 2021.
DATA DE ABERTURA: 04 de novembro de 2021 às 09h00min, na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto Acre.

Porto Acre – AC, 19 de outubro de 2021.

LINDOMAR DE OLIVEIRA SIQUEIRA
Pregoeiro e Presidente da CPL
PORTARIA Nº 001/2021

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 025/2021
OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Pintura, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Porto Acre/AC.
RETIRADA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Porto Acre, sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Avenida Chicó Rabelo, 56 – Centro - Porto Acre – AC, no horário de 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, podendo ser solicitado através do e-mail pmpa.licitacoes@gmail.com ou acessando os sites http://app.tce.ac.gov.br/portaldaslicitacoes/ ou https://www.portoacre.ac.gov.br/, no período de 20/10 à 03/11 de 2021.
DATA DE ABERTURA: 05 de novembro de 2021 às 09h00min, na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto Acre.

Porto Acre – AC, 19 de outubro de 2021.

LINDOMAR DE OLIVEIRA SIQUEIRA
Pregoeiro e Presidente da CPL
PORTARIA Nº 001/2021

Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Permanente de Licitação – CPL 02

AVISO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2021 – CPL02/PMRB.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de construção de espaço de esporte e lazer no Bairro Castelo Branco, Município de Rio Branco – Acre, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana - SEINFRA.

A Comissão Permanente de Licitação JULGOU e CLASSIFICOU: as concorrentes: **1º colocada: M & E ELETRICIDADE, COMERCIO, CONSTRUÇÃO ETERRAPLANAGEM LTDA, 2º colocada: SOARES CONSTRUÇÕES & EVENTOS EIRELI e 3º colocada: LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI.**
Em seguida, a Comissão aplicou o que dispõe o art. 109, I, alínea "b" da Lei 8.666/93, concedendo prazo de **05 (cinco) dias úteis** para que as empresas inconformadas com esta decisão, querendo, apresentem suas razões de recurso e, não havendo recurso, o referido processo será encaminhado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana - **SEINFRA**, para **homologação e adjudicação**, conforme disposto no art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, em nome da empresa: **1º colocada: M & E ELETRICIDADE, COMERCIO, CONSTRUÇÃO ETERRAPLANAGEM LTDA** com proposta de preço no valor de: **R$ 274.181,17 (duzentos e setenta e quatro mil cento e oitenta e um reais e dezessete centavos)**. As razões que motivaram tal posicionamento encontram-se à disposição dos interessados, para consulta na Rua Alvorada, nº. 411 – Bosque – Rio Branco-AC, das 08h às 17h.

Rio Branco-AC, 19 de outubro de 2021.

Maria Cristina Soares Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL 02

PREFEITURA DE MUNICIPAL RIO BRANCO – ACRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SEGATI
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL 01

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2021 – CPL 01

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO PRAÇA DO JUVENTUS, NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – ACRE. A Comissão Permanente de Licitação – CPL 01, julgou *INABILITADA* a empresa **1) SOARES CONSTRUÇÕES E EVENTOS EIRELI** e julgou **HABILITADAS** as empresas: **1) AZ COMÉRCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA** e **2) J G DE MEDEIROS EIRELI.** A Comissão informa ainda que os licitantes inconformados com a decisão ora adotada terão prazo previsto em Lei, para que, querendo, apresentarem razões de recurso. E não havendo manifestação, a Comissão marcará uma nova data para a abertura da Proposta de Preços das Concorrentes Habilitadas. As razões que motivaram tal posicionamento encontram-se à disposição dos interessados, para consulta, na Rua Alvorada, nº 411, 2º piso – Bairro: Bosque – CEP: 69.900-631 – Rio Branco/AC, e-mail: cpl@riobranco.ac.gov.br, das 08:00h às 12:00 e 13:00 às 17:00h.

Rio Branco – Acre, 19 de outubro de 2021.

Lourdes Caroline Bezerra de Queiroz
Presidente da Comissão Permanente de Licitação 01

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SEGATI
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL 01

AVISO DE PRORROGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 044/2021

A PREGOEIRA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL01, comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico SRP nº. 044/2021 – CPL01/PMRB, que tem como objeto a **Aquisição de Equipamentos (Mobiliário de Escritório)**, para atender as necessidades da Rede Escolar Municipal e Unidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação - SEME, Processo CPL01/PMRB Nº. 151/2021, no site www.licitacoes-e.com.br Nº 900680, fica prorrogada a sua abertura para o **dia 05 de novembro de 2021 às 10:30h** (dez horas e trinta minutos) - horário de Brasília. O Edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 21 de outubro de 2021.

Rio Branco – Acre, 19 de outubro de 2021.

Jéssica Dantas Benvindo
Pregoeira da CPL01/PMRB

Senado aprova criação de auxílio-gás com dividendos da Petrobras, royalties e leilões de petróleo

O Senado aprovou a criação do programa Gás dos Brasileiros, auxílio que vai subsidiar, no mínimo, 50% do valor do botijão de gás para famílias de baixa renda. Foram 76 votos favoráveis e 1 contrário. A intenção é minimizar o efeito do aumento do preço do produto no orçamento familiar, que já ultrapassa a média de R$ 100.

O texto foi votado pelos deputados em setembro, mas foi alterado pelos senadores, que incluíram na versão final propostas apresentadas por Paulo Paim (PT-RS) e Eduardo Braga (MDB-AM). Por isso, o projeto voltará à Câmara. A principal mudança feita pelos senadores foi a exclusão da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) como fonte de recursos da iniciativa.

Outra modificação foi no nome do programa, que anteriormente era chamado de Gás Social. De acordo com a versão final, o governo deverá pagar, a cada bimestre, durante cinco anos, uma parcela que corresponda a pelo menos a metade da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg. Esse era um dos pontos previstos no projeto do deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Poderão ser beneficiadas pelo auxílio as famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional. Além delas, o texto prevê o pagamento do benefício para aqueles que morem com quem receba o BPC (Benefício de Prestação Continuada) do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

O repasse, segundo o projeto, deverá ser concedido preferencialmente às famílias com mulheres vítimas de violência doméstica que estejam sob o monitoramento de medidas protetivas de urgência.De acordo com estimativas do relator, Marcelo Castro (MDB-PI), as despesas com o programa devem variar entre R$ 4 bilhões a R$ 8,5 bilhões por ano, a depender do percentual de subsídio concedido.

Para bancar o Gás dos Brasileiros, serão utilizados os dividendos pagos pela Petrobras à União, as parcelas dos royalties devidos à União em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção e o bônus de assinatura nas licitações de áreas para a exploração de petróleo e de gás natural. A proposta da Câmara previa que o programa fosse bancado com recursos da alíquota da Cide, mas Castro optou por retirar essa possibilidade para evitar um aumento no preço dos combustíveis.

"Eliminamos qualquer aumento da Cide. A nossa carga tributária já é por demais elevada e, além disso, haveria um indesejável impacto inflacionário. As fontes de custeio são relacionadas à produção de petróleo e de gás natural", explicou o relator.

O governo deverá utilizar a estrutura do Bolsa Família para organizar e operacionalizar o auxílio-gás.

Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) mostram que o preço médio do gás na semana de 10 a 16 de outubro foi de R$ 100,44. Em algumas localidades, como em Santo Angelo (RS), o valor cobrado pelo botijão chega a R$ 135.

O resultado é reflexo do aumento anunciado pela Petrobras no início de outubro, quando os preços da gasolina e do gás de cozinha subiram 7,2% nas refinarias.

Com isso, o quilo do gás de cozinha passou de R$ 3,60 para R$ 3,86, alta de R$ 0,26. Assim, os 13 quilos necessários para encher um botijão custarão na refinaria o equivalente a R$ 50,15.

Proposta prevê que governo pague, no mínimo, 50% do valor médio do botijão

Ameaça de debandada na equipe de Guedes fez governo adiar auxílio de R$ 400

Ontem à noite, em uma longa reunião no Palácio da Alvorada o ministro da Economia, Paulo Guedes, teve que jogar a toalha e aceitar a proposta de Plano B para o novo Auxílio Brasil, com parte dos recursos fora do teto. Segundo apurou a coluna, Guedes disse que, mesmo contra a proposta, aceitaria os argumentos da maioria. O time dos ministros políticos pedia soluções para o benefício social, diante da proximidade do fim do auxílio emergencial e com dificuldades de aprovação das matérias no Congresso, principalmente em relação à reforma do IR (Imposto de Renda).

A ala política da reunião, representada por Ciro Nogueira (Casa Civil), Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e João Roma (Cidadania), conseguiu convencer o presidente de que o anúncio tinha que ser feito o quanto antes. Bruno Funchal, secretário especial do Tesouro e Orçamento Imagem: Edu Andrade/Ministério da Economia Depois disso, nesta terça-feira (19), quando Guedes comunicou à sua equipe que eles teriam que tirar do papel a proposta de um auxílio de R$ 400, houve reação de pelo menos dois de seus secretários: Bruno Funchal (secretário especial do Tesouro e Orçamento) e Jeferson Bittencourt (secretário do Tesouro Nacional). Nas palavras de um auxiliar de Bolsonaro, "os homens que têm a chave do cofre ameaçaram pedir demissão". A informação da suposta ameaça de debandada da equipe de Guedes foi confirmada à coluna por fontes do Palácio do Planalto. Elas informaram que, ao longo do dia, o evento de lançamento do Auxílio Brasil chegou a "ser cancelado" e "remarcado" várias vezes. O Palácio do Planalto não chegou a informar oficialmente o evento, mas, como mostrou a coluna, ministros receberam hoje o aviso da cerimônia. Pouco antes do horário marcado, o evento foi cancelado.

No Ministério da Economia, pelo menos uma fonte disse que "desconhecia" qualquer informação sobre a ameaça de demissão dos secretários. Segundo essa fonte, a decisão do adiamento estaria ligada à reação do mercado financeiro ao programa, que foi negativa. A Bolsa tombou 3,28% hoje, e o dólar comercial fechou em alta de 1,33%, a R$ 5,594 na venda. Guedes em situação frágil Interlocutores de Bolsonaro dizem que o embate entre ala política e econômica nunca foi novo, mas que, em um momento de fragilidade de Guedes, por causa do caso das offshores, o ministro precisaria fazer concessões.

A existência da offshore ligada a Guedes foi revelada pelo projeto "Pandora Papers", do ICIJ (Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos). O ministro tem desde 2014 uma offshore nas Ilhas Virgens Britânicas com US$ 9,54 milhões (mais de R$ 52,9 milhões, na cotação atual). A existência de uma offshore não configura necessariamente um crime. No entanto, parlamentares têm alegado que pode existir um conflito de interesses na manutenção dessas operações enquanto Guedes ocupa o cargo responsável por gerir as políticas econômica e cambial do país.

Barroso nega pedido de Marcos Rogério para acessar dados sigilosos da CPI

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou um mandado de segurança que pedia a suspensão de ato do presidente da CPI da Pandemia, senador Omar Aziz (PSD/AM), de limitar o acesso dos integrantes da comissão a documentos sigilosos obtidos durante a investigação. Pela decisão de Aziz, os senadores só podem acessar documentos recebidos em resposta a requerimentos autorais ou documentos ligados a requerimentos de colegas mediante "pedido e fundamentação específica". Segundo o senador Marcos Rogério (DEM/RO), autor do mandado de segurança, essa medida representa um "cerceamento ao direito dos senadores na CPI". Para o parlamentar, a decisão de Aziz "acaba privilegiando um grupo na CPI em detrimento de outro".

Em sua decisão, Barroso afirmou que os elementos trazidos nos autos não apontam, a princípio, que tenha "havido a imposição de obstáculos irrazoáveis ao acesso dos senadores e de seus assessores a documentos colhidos pela CPI no curso das investigações". Na avaliação do ministro, Barroso "o incremento do controle sobre esses dados parece decorrer da necessidade de cumprimento de decisões do Supremo acerca do dever da CPI de preservar a sua confidencialidade". Pedido de Lewandowski O senador Omar Aziz decidiu, em agosto, limitar o acesso a documentos sigilosos para acatar uma determinação do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, de olho em evitar o vazamento de informações sigilosas. A decisão de Lewandowski foi tomada em resposta a uma reclamação feita defesa da secretária de Gestão do Trabalho e de Educação do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, que teve dados sigilosos vazados. Segundo a defesa de Mayra, senadores teriam vazado conteúdos do e-mail dela, que estavam sob sigilo. As informações foram obtidas pela CPI a partir da quebra de sigilos telefônico e telemático da médica, mas não poderiam ser repassadas a terceiros. De acordo com os documentos obtidos pelo colegiado, Mayra Pinheiro propôs ao governo de Portugal usar medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19 em janeiro. " "Diante das informações sobre o elevado número de casos e desfechos clínicos desfavoráveis da Covid-19 em território português e na qualidade de cidadã portuguesa e de secretária nacional do Ministério da Saúde, coloco-me a disposição para contribuir com compartilhamento da nossa experiência em atendimento precoce no enfrentamento à doença", dizia Mayra no e-mail enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Ministro negou pedido de Senador para acessar dados da CPI

Gladson Cameli se reúne com Superintendente da Sudam

O Governador Gladson Cameli se reuniu na tarde de ontem na sede da representação do Estado em Brasília, com a chefe da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Louise Low, para pedir agilidade na análise de vários projetos a serem executados por meio da instituição com emendas parlamentares.Para a reunião, o Governador convidou o deputado federal Alan Rick e a deputada federal Vanda Milani. Participaram ainda os secretários Cirleudo Alencar, da Secretaria de Infraestrutura; Rômulo Grandidier, da Fazenda; Flávio Pereira, chefe da Casa Civil e Ricardo França, representante do Acre em Brasília.

Gladson Cameli fez questão de salientar a presença de Alan Rick e Vanda Milani, por serem os autores de indicações de obras de vulto com emenda de bancada, cujos prazos estão se extinguindo e que precisam da análise final do órgão.

O governador apresentou à superintendente planilhas com várias obras pendentes de parecer pela Sudam, porém, como pleitos principais e imediatos, devido ao tempo para início da execução, estão o viaduto a ser construído na Avenida Ceará e a Orla do Bairro 15, ambos em Rio Branco.

Viaduto
Para o início da construção do viaduto na Avenida Ceará, o deputado federal Alan Rick destinou por meio de emenda de bancada o valor de R$ 18 milhões. A obra está prevista para fazer a ligação da Avenida Ceará com a Getúlio Vargas.

Alan Rick explicou à superintendente da Sudam que o tráfego de veículos naquela área está se tornando precário a cada dia. "Temos o escoamento diário da população de vários bairros para o centro da cidade, através da Avenida Ceará, que já tem seu limite de fluxo comprometido. Com o viaduto, o fluxo será normalizado e os engarrafamentos sofrerão extrema redução. O custo total da obra será de R$ 80 milhões, porém, já temos como iniciá-la, dependendo somente do parecer da Sudam", disse Alan Rick.

Já com relação à construção da Orla do Bairro 15, a deputada federal Vanda Milani disse que: "Essa obra representa um grande valor histórico e turístico para Rio Branco, já que naquele pedaço da cidade, foi onde começou a colonização da capital com as embarcações chegando de Manaus e Belém".

A Superintendente da SUDAM, Louise Caroline Low já visitou Rio Branco em junho deste ano e conheceu a orla do Bairro 15, onde o complexo será construído. "A nossa meta é executar, tirando do papel, os projetos que irão alavancar o desenvolvimento da Amazônia. Essa obra em especial vai possibilitar a geração de emprego e renda, se tornando um potencial turístico relevante para a cidade", disse Louise.

Cameli agradeceu a visita de Louise Low e reiterou seu pedido de um olhar diferenciado para o Acre. "Somos uma população carente, como você mesmo conhece. O que são pequenas obras para outros estados, para nós é de suma importância para o desenvolvimento do estado. Com essas obras, centenas de empregos serão gerados e a economia também toma um impulso desejado por todos" frisou Gladson Cameli.

Encontro com superintendente da Sudam tratou da construção do viaduto na Avenida Ceará e da orla do Bairro 15

Encontro debate segurança fronteiriça com representantes de quatro estados e do governo boliviano

O Acre sedia, a partir de hoje, dia 20 e quinta-feira, o Primeiro Encontro de Segurança Fronteiriça Brasil/Bolívia, na sede da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública no Centro da capital. O objetivo será tratar de acordo de cooperação técnica entre polícias do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul , buscando coordenar ações das forças de segurança que atuam na área de fronteira desses estados entre o Brasil com a Bolívia.

A proposta é tornar efetiva as ações de combate aos crimes transfronteiriços e o estreitamento das relações institucionais. A abertura será às 14 horas. Participam do encontro representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre; Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul; Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso; Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Rondônia e representantes do Ministério de Segurança Cidadã Plurinacional (Bolívia).

Caminhonetes roubadas no Brasil são expostas do lado boliviano da fronteira sem que polícia possa agir

Duas caminhonetes de luxo roubadas no Brasil, foram facilmente localizadas do outro lado da fronteira, na Bolívia, visíveis a olho nu na beira do rio que divide os dois países. O flagrante foi registrando na Vila Buena Vista, no departamento de Santa Cruz. A vila fica na fronteira com o Brasil, na cidade Costa Marques, no estado de Rondônia. Para chegar até a vila da Bolívia é necessário fazer a travessia de barco.

Um vídeo mostrando as duas camionetes em território boliviano revoltou policiais que estavam em território brasileiro e não podiam fazer nada. Da cidade de Costa Marques, que tem pouco mais de 13 mil habitantes, os policiais viram uma SW4 e um Hilux, que chegam a custar no Brasil, juntas, mais de R$ 600 mil. Elas estavam com placas do Brasil e possivelmente foram roubadas e passadas em alguma região do rio que divide a fronteira.

Os agentes que fizeram as imagens criticam a conivência da polícia boliviana que, mesmo sabendo que os veículos vieram do Brasil, não foram questionar com quem as estava dirigindo ou pediu qualquer documento.

Esse flagrante comprova a facilidade de travessia de veículos roubados para o país vizinho, onde são trocados por drogas ou outro tipo de contrabando. A Polícia Brasileira não pode agir do outro lado da fronteira e não consegue a cooperação dos policiais locais, corrompidos pelo esquema criminoso.

Veículos roubados são comercializados em plena luz do dia